

## AS SOCIEDADES INDÍGENAS NO BRASIL E A CONQUISTA DAS AMÉRICAS

*Stephen G. Baines \**

Nas planícies baixas da América do Sul, incluindo o território que é hoje o Brasil, os conquistadores europeus enfrentaram uma imensa diversidade de sociedades indígenas politicamente acéfalas que não reconheciam nenhuma autoridade além do líder da aldeia ou grupo de aldeias mais próximas. No Estado incaico nos Andes, a captura e o assassinato do rei Inca Atahualpa em 1532, pelos espanhóis liderados por Francisco Pizarro, seguido pela conquista de Cuzco pela força e a execução do último herdeiro direto da dinastia incaica, Tupac Amaru I, levou à capitulação do império incaico (1532-1533) e da maior parte dos povos englobados por ele. No México, a derrota de Montezuma e o império asteca por Hernán Cortés em 1519-21, teve conseqüências semelhantes. Entre as explicações para entender como tão poucos espanhóis conquistaram tão rapidamente estes impérios populosos estaria o fato deles serem constituídos por diversos grupos étnicos subjugados, com divisões internas que contribuíram para sua instabilidade, além do fato de que os espanhóis tinham armas tecnologicamente mais poderosas, e uma grande arma silenciosa: as conseqüências devastadoras de epidemias e doenças introduzidas pelos europeus do Velho Mundo, às quais os povos indígenas não tinham resistência.

Nas primeiras décadas da conquista, as populações indígenas foram dizimadas, levando séculos para se recuperarem demograficamente. As doenças se espalhavam destruindo populações imensas antes de serem observadas pelos conquistadores. Segundo dados apresentados por Reff

---

\* Professor do Departamento de Antropologia, UnB e Pesquisador do CNPq.

(1991:1), uma epidemia de varíola assolou o México entre 1518 e 1525. Estima-se que a população do México central tenha diminuído de cerca de 25 milhões em 1519 a cerca de um milhão em 1620. No Peru também é provável que a população tenha caído de 14 milhões a menos de um milhão após um século de contato com os europeus. As populações conquistadas destes impérios centralizados foram transformadas em índios camponeses que constituem hoje em dia a maioria da população em muitas regiões do Peru (em torno de 45% da população nacional), da Bolívia (63%), do Equador (45%), do México (mais de 30%) e da Guatemala (53%). Contudo, as estimativas da população indígena variam muito segundo os critérios usados: fatores lingüísticos, auto-identificação, identificação por agências do estado, costumes, etc. Apesar de sofrerem séculos de repressão e violência, essas populações nunca foram totalmente subjugadas como atesta a longa história de levantes, como a rebelião liderada por Tupac Amaru II, no século XVIII no Peru até os recentes eventos em Chiapas, no México e no Equador.

No território que atualmente constitui o Brasil, em vez de enfrentar um estado que poderia ser conquistado pelo assassinato dos seus reis, os colonizadores enfrentavam milhares de aldeias e agrupamentos de aldeias que só conseguiram conquistar uma por uma. Estimativas da população indígena para as terras baixas da América do Sul, em 1500, variam muito: entre 1 e 8,5 milhões (Carneiro da Cunha, 1992:14). Citando dados compilados de diversas fontes apresentados por Carneiro da Cunha (1998:14), Rosenblat (1954) dá 1 milhão para o Brasil como um todo. Moran (1974) dá uns 500 mil para a Amazônia, enquanto Denevan (1976) avalia em 8,5 milhões para todas as terras baixas da América do Sul. Steward (1949) dá 1,1 milhão para o Brasil e Dobyns (1966) dá entre 9 e 11,25 milhões para todas as terras baixas. Estas populações foram constituídas de sociedades descendentes de povos que haviam ocupado o continente da América do Sul milhares de anos antes.

Há também muita controvérsia sobre as datas das migrações de povos para as Américas e, apesar de estimativas tradicionais falarem em 12 mil anos, muitos arqueólogos afirmam a existência de sítios arqueológicos anteriores a essa data. A lingüista Nichols (1990; 1992), com base no tempo médio de diferenciação de estoques lingüísticos, fez avaliações que concluíram que o povoamento da América teria se iniciado há 30 a 35 mil anos (Carneiro da Cunha 1998:11). Outro lingüista, Greenberg (1987), estima 12 mil anos. A arqueóloga, Niède Guidon cal-

cula que as primeiras migrações teriam acontecido há pelo menos 70 mil anos (Guidon, 1998:39). Guidon propõe que grupos humanos chegaram até o sudeste do Piauí há cerca de 60 mil anos e ao sul de Minas Gerais por volta de 30 mil anos atrás (Ibid:41).

Como nos estados incaico, asteca e maia, as sociedades indígenas das terras baixas das Américas sofreram também a catástrofe assoladora das epidemias. As populações indígenas no Brasil foram reduzidas a menos de 200 mil índios na metade do século XX. Conforme Darcy Ribeiro, a população indígena do Brasil em 1957 chegou entre um mínimo de 68.100 e um máximo de 99.700 (1979:431). Desde a metade do século vinte está havendo uma recuperação demográfica, chegando-se atualmente a uma população total em torno de 300 a 350 mil índios, ou cerca de 0,2% da população nacional, em contraste com os países andinos e o México onde a população indígena soma milhões e constitui uma porcentagem alta das populações nacionais.

Apesar de algumas sociedades indígenas, que têm pouco tempo de contato, ou contatos esporádicos com segmentos da sociedade nacional, estarem sofrendo uma redução da população em consequência de epidemias introduzidas, a população total do país está num processo de pleno crescimento demográfico. Dados de Steinen de 1887 calculam a população do alto rio Xingu em torno de 3.000 índios. Até 1963 havia 623 índios no alto Xingu, o que representa uma redução da população na ordem de 78,3%, consequência de epidemias de gripe e sarampo (Galvão e Simões, 1966:37-52). A recuperação demográfica de muitos grupos tem sido rápida. Para citar somente alguns exemplos, os Suruí do Pará, que foram reduzidos a 40 indivíduos em 1961 alcançaram uma população de 181 em 1997. A população dos Waimiri-Atroari de Amazonas e Roraima, que foi reduzida de talvez mais de 2.000 no final do século XIX a apenas 332 até 1983, aumentou a 505 em 1991 e alcançou mais de 800 indivíduos até o ano de 2000. Os Xavante que eram 2.000 na década de 1960 e 4.500 em 1982 (Maybury-Lewis, 1986:43), ultrapassaram 7.100 pessoas em 1994 (Ricardo, 1996:XI).

Na época da conquista, no litoral leste e norte do Brasil, os europeus entraram em contato primeiro com sociedades indígenas do tronco lingüístico Tupi, que praticavam a horticultura, a coleta e a caça, mudando os locais das suas aldeias para aproveitar dos solos e áreas de caça e coleta. Os grupos locais ou aldeias, espalhados geograficamente porém unidos entre si por laços de parentesco, conviviam com os primeiros

colonizadores europeus quando estes constituíam uma pequena minoria. As relações interétnicas entre as diversas sociedades Tupi do litoral brasileiro e os europeus se efetivaram primeiro através do escambo. Os portugueses passaram a subordinar os índios com a adoção do regime de donatários a partir de 1533 e, com a substituição do escambo pela agricultura, passaram a ver os índios como obstáculo à posse da terra, uma fonte de trabalho, e uma ameaça ao processo de colonização (Fernandes, 1960). A expropriação territorial, a escravidão e a desorganização dirigida das sociedades indígenas conduziram à submissão e a extinção de muitos grupos indígenas. Os portugueses, espanhóis, franceses e holandeses competiam entre si pela posse territorial do continente através de índios “aliados”, admitindo a “guerra justa” contra os “hostis”. Diferente do mito hegemônico de que as sociedades indígenas do Brasil aceitaram passivamente a ocupação das suas terras pelos conquistadores, as histórias indígenas silenciadas ao longo dos séculos, revelam longas histórias de lutas e resistências.

A prática de “guerras justas” por “tropas de resgate” levou à destruição desenfreada de sociedades inteiras, escravizadas, deixando os sobreviventes desorganizados social e politicamente, além de deslocados. No Estado do Maranhão e Grão-Pará, instituído em 1621 pela Coroa portuguesa, que englobava toda a Amazônia portuguesa, o alto preço de escravos africanos levou à demanda para escravos indígenas. A partir de meados do século XIX o interesse se deslocou do índio como força de trabalho para as terras indígenas, passando no século XX para os minérios encontrados no seu subsolo.

A criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1910, extinto em 1966 e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, revela que a política indigenista continua atrelada ao Estado. Os anos 70 são marcados por novas agressões às terras indígenas com a implantação de infra-estrutura: a construção de estradas na Amazônia, grandes projetos de mineração e usinas hidrelétricas como Tucuruí e Balbina. Nesta mesma década o movimento indígena começa a ganhar força no Brasil, levando ao reconhecimento dos direitos originários dos índios, e o fim da tutela, na Constituição de 1988. Ao mesmo tempo cresce a interferência de grandes empresas na política indigenista.

Enquanto na região andina e no México os movimentos indígenas foram organizados entre populações densas de camponeses indígenas politizados e articulados entre si, com maior acesso a canais de

informação, no Brasil, após séculos submetida a práticas colonialistas, a população aborígene teve pouco acesso à educação, em comunidades muitas das quais pequenas, espalhadas por um vasto território com imensas dificuldades de comunicação com outros grupos indígenas. Enquanto nos Andes e no México as populações indígenas têm se organizado de dentro para enfrentar os Estados nacionais, no Brasil as iniciativas do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foram fundamentais para a organização de assembleias indígenas que a partir de 1974 abriram espaço para os índios consolidarem seu próprio movimento. Tentativas indígenas de criar uma organização própria em nível nacional tiveram menos sucesso do que as organizações em nível regional e local. A influência de organizações não-governamentais tem sido imprescindível nas últimas duas décadas, conduzindo lideranças de diversos grupos étnicos fragmentados por línguas e costumes muito diversos, e histórias de contato muito diferentes, a romperem com o controle policesco sobre sua mobilidade, imposto a muitos grupos pelo governo. A Constituição de 1988, ao reconhecer o direito dos índios de se representarem juridicamente resultou na criação de dezenas de organizações indígenas e numa mobilização política indígena sem precedentes.

Outro processo que se acelerou nas últimas duas décadas é a emergência de novas identidades e a reinvenção de etnias já reconhecidas, sobretudo no Nordeste do Brasil mas também em outras regiões, como o caso dos Tapuios do Carretão, Goiás. Os Kaxixó na região de Pompeu e Martinho de Campos, Minas Gerais, começaram a se identificar como índios a partir de 1987. Comenta Oliveira “se, na Amazônia, a mais grave ameaça é a invasão dos territórios indígenas e a degradação de seus recursos ambientais, no caso do Nordeste, o desafio à ação indigenista é *restabelecer os territórios indígenas*, promovendo a retirada dos não-índios das áreas indígenas, *desnaturalizando* a ‘mistura’ como única via de sobrevivência e cidadania” (1999:18).

Oliveira constata o engano que significa dizer que as terras indígenas prejudicam o desenvolvimento rural brasileiro (1998:63), mostrando que “na maioria dos estados da Amazônia, as terras indígenas constituem áreas de extensão menor do que as terras aproveitáveis não exploradas dos imóveis rurais existentes” (1998:66). Afirma que “em termos globais de Brasil as áreas produtivas não exploradas totalizam 184,951 milhões de ha., as terras indígenas representando o equivalente a 40%

desse total” (Ibid:67). Refletindo sobre a concentração fundiária no Brasil, Oliveira observa que “mesmo abrangendo o Brasil como totalidade, a proporção das terras indígenas face às áreas de latifúndio seria de somente 18%. Reconhecer as terras dos índios não coloca em risco, de maneira alguma, o desenvolvimento do meio rural. Os fatores impeditivos de avanço da agricultura brasileira são muito mais complexos, envolvendo variáveis econômicas e políticas de outra ordem” (Ibid:68). Ramos cita fontes que afirmam que os 307 maiores latifúndios do Brasil constituem uma área de aproximadamente a metade da área total das terras ocupadas por índios (1998:4).

Apesar do governo ter demarcado, no período de 1988 a 2000, cerca de 70% do total das terras indígenas demarcadas em toda a história do Brasil, estima-se que 85% destas terras são invadidas por não-índios (Indruinas, 2000). Conforme a Constituição, os títulos dominais de brancos nas áreas de posse permanente são nulos de pleno direito e deveriam ser anulados por iniciativa do órgão tutor, e nas áreas reservadas pelo Estado caberia a desapropriação por utilidade pública (Oliveira, 1998:47). A falta de recursos para retirar invasores das terras indígenas reflete nitidamente uma falta de vontade política, decorrente de pressões antiíndigenas no Congresso. O deputado Marcos Rolim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, comparando dotações previstas no orçamento da União para o ano de 2000, divulgou que “a demarcação de terras indígenas na região amazônica [...] só receberá R\$1,5 milhão”, enquanto o Ministério da Defesa informou que R\$1,7 milhão de recursos públicos foram gastos com a operação das Forças Armadas na repressão violenta das manifestações pacíficas dos povos indígenas, negros e sem terra nas comemorações, na Bahia, dos 500 anos do Brasil (Araújo, 2000).

## BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO M. M. – 2000 “Repressão na festa dos 500 anos custa mais que proteção a testemunhas”. *Porantim*, agosto de 2000, 5 pp.
- CARNEIRO DA CUNHA, M., 1998 [1992], “Introdução a uma história indígena”. In: Carneiro da Cunha, M. (org.) *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 2ª ed., 9-24 pp.

- FERNANDES, F., 1960, “Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis”, Capítulo II, In: Buarque de Holanda, S., (org.), *História geral da civilização brasileira*, tomo 1, A época colonial, 1º vol., São Paulo: Difusão Européia do Livro, 72-86 pp.
- GALVÃO, E. e SIMÕES, M. F., 1966, “Mudança e sobrevivência no alto Xingu Brasil-Central”, *Revista de Antropologia*, vol.14, São Paulo, 37-52 pp.
- GUIDON, N., 1998, “As ocupações pré-históricas do Brasil (excetuando a Amazônia)”, In: Carneiro da Cunha, M. (org.) *História dos índios no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 37-52 pp.
- INDRIUNAS, L. – 2000 “85% das reservas são alvo de invasões: questão indígena – estimativa é aceita pela FUNAI e por ONGs; demarcação e registro das terras não protegem território”. *Folha de São Paulo*, 13/8/2000, A10.
- MAYBURY-LEWIS, D., 1984 [1974], *Sociedade Xavante*, Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- OLIVEIRA, J. P. de, 1998, “Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural”. In: Oliveira, J.P. de (org.), *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro: Contra Capa, 43-68 pp.
- OLIVEIRA, J. P. de, 1999, “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. In: Oliveira, J.P. de (org.), *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 11-39 pp.
- RAMOS, A. R., 1998 *Indigenism: Ethnic Politics in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press.
- REFF, D., 1991, *Disease, Depopulation, and Culture Change in Northwestern New Spain, 1518-1764*, Salt Lake City: University of Utah Press.
- RIBEIRO, D., 1979 [1977] *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*, Petrópolis: Vozes, 3ª ed.
- RICARDO, C. A., 1996, “Apresentação: A sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil”, In: Ricardo, C. A. (org.) *Povos indígenas no Brasil: 1991-1995*, São Paulo: Instituto Socioambiental, I-XII.